MOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DE TRABALHO PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA SANTOS NOGUEIRA DE ARAUJO

Resumo

O presente artigo discute a relevância da motricidade no contexto da Educação Infantil, evidenciando seu papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças e na promoção da inclusão escolar. Por meio de atividades motoras planejadas, é possível estimular aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, favorecendo a aprendizagem e a socialização, especialmente de crianças com deficiências ou transtornos do desenvolvimento. Dentre os benefícios observados, destacam-se o aprimoramento da coordenação motora, do equilíbrio, da percepção espacial e da lateralidade habilidades essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a psicomotricidade configura-se como uma abordagem eficaz, ao integrar o movimento ao aprendizado, contribuindo para a adaptação curricular e para a construção de ambientes educacionais inclusivos. O estudo, fundamentado em revisão bibliográfica, também ressalta a importância do trabalho interdisciplinar entre professores, terapeutas ocupacionais e demais profissionais da educação, bem como da formação continuada docente, como estratégias para a implementação de práticas psicomotoras eficientes. A motricidade, quando integrada de forma planejada e adaptada, contribui significativamente para a inclusão escolar, promovendo um ambiente educacional mais justo, equitativo e voltado ao desenvolvimento global das crianças. Este artigo tem a intenção de ampliar a compreensão e a reflexão sobre a necessidade de um olhar sensível e apurado para todas as crianças, considerando suas singularidades, potencialidades e desafios. Busca-se, assim, destacar a importância de práticas pedagógicas que valorizem o movimento como linguagem e instrumento de inclusão, favorecendo uma educação infantil mais acolhedora, participativa e transformadora.

Palavras-chave: Motricidade, Educação Infantil, Inclusão, Desenvolvimento Motor, Psicomotricidade.

1. Introdução

Incluir é um grande desafio, no ambiente escolar. Principalmente na Educação Infantil, por ser um dos primeiros núcleos sociais que as crianças vivenciam fora do se convívio familiar, sendo nessa fase o despontar de descobertas e desafios individuais. É na Educação Infantil onde se estabelecem as bases para o desenvolvimento humano, a promoção de um ambiente inclusivo é essencial para garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a motricidade emerge como um componente fundamental para a integração de crianças com diferentes habilidades. Entendida como a capacidade de realizar movimentos corporais, a motricidade é indissociável ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças. A psicomotricidade, enquanto abordagem que integra o movimento ao processo de aprendizagem, destaca-se como ferramenta eficaz na adaptação do currículo e na criação de ambientes educacionais inclusivos. Ela atua no desenvolvimento do esquema corporal, lateralidade, equilíbrio, coordenação motora e percepção espaço-temporal, aspectos essenciais para a aprendizagem e a socialização.

Este artigo tem como objetivo analisar a motricidade como ferramenta pedagógica na inclusão escolar, discutindo suas contribuições para o desenvolvimento integral das crianças e apresentando práticas que podem ser implementadas no cotidiano escolar. Através de uma revisão bibliográfica, exploram-se as estratégias psicomotoras que favorecem a participação ativa de crianças com diferentes necessidades, promovendo a autonomia, autoestima e interação social. Além disso, aborda-se a importância da formação contínua dos educadores e da colaboração interdisciplinar entre professores, terapeutas ocupacionais e outros profissionais da educação, visando a implementação de programas psicomotores eficazes.

Esse artigo se propõe a evidenciar a relevância da motricidade como estratégia pedagó-

gica inclusiva, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais justo, equitativo e capaz de atender às diversidades presentes no contexto escolar.

2. Desenvolvimento

2.1. Fundamentos Teóricos da Motricidade na Educação Infantil

O desenvolvimento infantil abrange diversas áreas, e a motricidade é um aspecto central nesse processo, englobando habilidades motoras grossas e finas, além da percepção espacial e temporal. Esses elementos influenciam diretamente as dimensões cognitivas, emocionais e sociais da criança. Aucouturier (1986) ressalta que a Psicomotricidade Relacional contribui de forma significativa para o desenvolvimento da função simbólica, estimulando o prazer em agir, brincar e criar. Essa abordagem valoriza o afeto, o toque e a linguagem, permitindo que a criança construa a imagem corporal – que corresponde à percepção subjetiva que ela tem de seu próprio corpo – o conhecimento corporal – relacionado à compreensão intelectual das partes e funções do corpo – e o esquema corporal, que representa a integração dessas informações com as experiências vividas no ambiente externo.

Complementando essa perspectiva, Le Boulch (2001) afirma que a motricidade não deve ser vista apenas como um conjunto de ações mecânicas, mas como uma forma de expressão e comunicação que integra corpo e mente. Ele destaca que o movimento é essencial para a construção do pensamento e para a aquisição de aprendizagens significativas na infância. Nesse sentido, as experiências motoras são fundamentais para o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da capacidade de interação social.

Jean Piaget também contribui significativamente para essa compreensão ao apontar que o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre em estágios, e que, nos primeiros anos de vida, o conhecimento é construído sobretudo por meio da ação e da manipulação dos objetos. A fase sensório-motora, que vai do nascimento até aproximadamente dois anos de idade, mostra como a motricidade é essencial para o surgimento do pensamento simbólico, base para o desenvolvimento das funções superiores do pensamento (PIAGET, 1971).

Henri Wallon, por sua vez, reforça a ideia de que o desenvolvimento da criança é indissociável das emoções e do movimento. Em sua teoria, ele defende que o corpo é o ponto de partida para o desenvolvimento psicológico e que a construção do eu passa por uma intensa vivência corporal e afetiva (WALLON, 2007). Para ele, o gesto, o olhar e a postura não são apenas reações motoras, mas formas complexas de comunicação e construção de identidade.

Além das teorias clássicas, abordagens contemporâneas, como a defendida por Oliveira (2014), destacam a importância de uma prática pedagógica que valorize o corpo como linguagem, respeitando os tempos e os modos de ser de cada criança. A autora reforça a necessidade de um ambiente educativo que promova o movimento de forma intencional, lúdica e inclusiva, reconhecendo a diversidade e proporcionando o desenvolvimento integral.

Portanto, à luz desses fundamentos teóricos, é possível compreender que a motricidade, quando inserida de maneira planejada e consciente no contexto da educação infantil, contribui não apenas para o desenvolvimento físico, mas também para o amadurecimento cognitivo, emocional e social da criança. Essa abordagem reforça o papel do educador como mediador de experiências significativas que integrem corpo e mente, promovendo, assim, uma educação mais humanizada e inclusiva.

2.2 A Psicomotricidade como Instrumento de Inclusão

A psicomotricidade representa uma abordagem interdisciplinar que integra conhecimentos da psicologia, fisiologia, antropologia e pedagogia, compreendendo o corpo como um mediador essencial no processo de desenvolvimento humano. Por meio do movimento, a criança vivencia, explora e interpreta o mundo ao seu redor, construindo vínculos consigo mesma, com os objetos e com os outros. Essa perspectiva é especialmente relevante quando se pensa na inclusão de crianças com deficiência, pois oferece caminhos para que elas se desenvolvam respeitando seus próprios ritmos e potencialidades.

O trabalho psicomotor valoriza a interação

entre os aspectos motores, emocionais e cognitivos, contribuindo para o fortalecimento da imagem corporal, o equilíbrio, a lateralidade, a organização espaço-temporal e a coordenação motora. Esses elementos são fundamentais para que a criança se situe no espaço escolar, se comunique com mais clareza e desenvolva habilidades sociais e acadêmicas. Conforme aponta Fonseca (1995), o corpo é uma base estruturante para o pensamento, e por isso, o movimento não deve ser visto como um simples deslocamento físico, mas como uma linguagem rica e essencial para o aprender.

Nesse sentido, Vayer (1992) defende que a psicomotricidade proporciona à criança oportunidades de expressão e comunicação global, o que é ainda mais importante em contextos inclusivos, onde é necessário reconhecer e valorizar diferentes formas de aprendizagem. A prática psicomotora, especialmente quando realizada por meio do jogo e da ludicidade, permite que crianças com deficiência participem ativamente das propostas pedagógicas, fortalecendo a autoestima, a autonomia e o senso de pertencimento ao grupo.

Além disso, autores como Berruezo e Lavega (2003) destacam que ambientes escolares que acolhem o corpo como parte do processo de ensino tendem a favorecer o bem-estar emocional das crianças, o que é essencial para uma aprendizagem significativa. Nessa perspectiva, a psicomotricidade não atua apenas sobre as habilidades motoras, mas também sobre a dimensão afetiva, contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito.

Portanto, ao ser incorporada com intencionalidade e sensibilidade às práticas educativas, a psicomotricidade torna-se uma aliada potente na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Ela amplia as possibilidades de participação das crianças com deficiência, promovendo experiências que respeitam suas necessidades e estimulam seu desenvolvimento em todas as dimensões.

2.3. Caminhos Pedagógicos para a Inclusão por Meio da Motricidade

A promoção da inclusão no ambiente escolar passa, entre outros aspectos, pelo trabalho com a motricidade. Diversas práticas pedagógicas podem ser aplicadas para garantir que todas as crianças, com ou sem deficiência, se desenvolvam de maneira integrada e participativa. Entre as abordagens que considero relevantes, destaco:

- Adaptação de Atividades: Personalizar jogos e exercícios motores conforme as necessidades específicas de cada criança amplia suas possibilidades de participação. Exemplos incluem o uso de cordas-guia em corridas para alunos com deficiência visual, ou bolas com guizo para facilitar a localização auditiva durante atividades.
- Atividades Lúdicas e Brincadeiras: Brincar é uma forma natural e eficiente de promover o desenvolvimento motor e social. As brincadeiras favorecem a criatividade, a interação e a expressão corporal, sendo uma ferramenta essencial para o ensino inclusivo.
- Intervenções Motoras Específicas: Programas estruturados de estimulação motora, especialmente aqueles com abordagem lúdica, podem favorecer significativamente o desenvolvimento de crianças com deficiências, como a Síndrome de Down, atuando no equilíbrio, na organização espacial e na coordenação motora global.
- Uso de Materiais Alternativos e Inclusivos: Trabalhar com diferentes texturas, tamanhos, cores e pesos de objetos contribui para que os alunos desenvolvam a percepção sensorial e a coordenação motora. Materiais como bexigas, tecidos, bambolês e instrumentos musicais simples podem ser adaptados para facilitar o acesso e o manuseio por todas as crianças.
- Trabalho Colaborativo em Duplas ou Grupos: Propor atividades em que crianças com e sem deficiência atuem juntas promove o respeito à diversidade, fortalece vínculos e estimula a cooperação. Essa interação favorece tanto o desenvolvimento social quanto a aprendizagem motora.
- Rotinas de Movimento Integradas ao Cotidiano Escolar: Inserir pequenas sequências de movimento na rotina diária, como alongamentos, circuitos simples ou momentos de dança, contribui para manter o corpo ativo, melhorar a atenção e desenvolver habilidades motoras sem que seja necessário um tempo separado exclusivamente para isso.

• Exploração do Espaço Escolar: Utilizar diferentes ambientes da escola – como o pátio, a quadra, a biblioteca ou o jardim – como espaços pedagógicos permite que as crianças experimentem novos estímulos motores e se apropriem do espaço com autonomia e segurança.

• Materiais Pedagógicos Adaptados: Utilizar uma variedade de materiais pedagógicos acessíveis para garantir a participação ativa de todas as crianças, especialmente aquelas com deficiências motoras. Sugerimos incorporar tabuleiros de jogos adaptados, lousas interativas com comandos táteis, livros em braile ou com letras ampliadas, tesouras adaptadas, pincéis com empunhadura especial e tablets com aplicativos educativos acessíveis. Esses materiais não apenas facilitam o aprendizado, mas também promovem o desenvolvimento motor e reforçam o princípio da inclusão em sala de aula, permitindo que cada criança explore seu potencial de forma autônoma e significativa.

A integração desses materiais didáticos no ambiente escolar contribui significativamente para a promoção da motricidade e inclusão de crianças com diferentes necessidades. Ao adaptar recursos pedagógicos e atividades, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e estimulante, favorecendo o desenvolvimento integral de todas as crianças.

---

3. Metodologias Utilizadas para Trabalhar a Motricidade como Ferramenta de Inclusão na Educação Infantil

Diante das múltiplas necessidades apresentadas pelas crianças na Educação Infantil, é fundamental adotar práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades e potencialidades. Nesse sentido, algumas metodologias têm se mostrado eficazes ao utilizar a motricidade como um recurso para promover a inclusão no ambiente escolar:

• Psicomotricidade Relacional

A Psicomotricidade Relacional, proposta por André Lapierre e Bernard Aucouturier, baseia-se na utilização do jogo simbólico e do brincar espontâneo como meios para o desenvolvimento integral da criança. Favorecendo a construção de vínculos afetivos, estimulando a autonomia e permitindo a expressão das emoções, criando um ambiente propício à inclusão, especialmente de crianças com deficiência intelectual. O espaço lúdico e não diretivo possibilita interações significativas e avanços na motricidade de forma natural e prazerosa.

• Método Montessori

Baseado na pedagogia de Maria Montessori, esse método valoriza a autonomia da criança, o respeito ao seu ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento integral de suas capacidades físicas, sociais e cognitivas. Utilizando materiais sensoriais e atividades que estimulam tanto a motricidade fina quanto a grossa. Favorecendo a inclusão, permitindo que cada criança se desenvolva conforme suas necessidades, em um ambiente acolhedor e preparado para atender à diversidade.

• Salas de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes pedagógicos equipados com materiais específicos, pensados para atender às necessidades de alunos com deficiência. Nesses espaços, são realizadas atividades adaptadas que incentivam o desenvolvimento motor, cognitivo e social, contribuindo para uma inclusão mais efetiva. Essas salas também promovem a participação ativa das crianças no processo de aprendizagem, respeitando suas particularidades. Algumas escolas de Educação Infantil da Rede pública Municipal de São Paulo contam com salas de recursos para atender as crianças da sua Unidade e do entorno.

• Psicomotricidade Aquática

A Psicomotricidade Aquática utiliza a água como elemento facilitador para o desenvolvimento motor infantil. Por meio de atividades realizadas em ambiente aquático, é possível trabalhar aspectos como percepção corporal, equilíbrio e coordenação. Essa abordagem é especialmente indicada para crianças com deficiências físicas ou motoras, pois o meio aquático oferece maior liberdade de movimento e segurança, ampliando as possibilidades de participação e inclusão.

• Ludificação (Gamificação)

A ludificação, também conhecida como gamificação, consiste na aplicação de elementos típicos dos jogos em contextos educacionais, com o objetivo de engajar e motivar os alunos. Na Educação Infantil, essa metodo-

logia se traduz em jogos e brincadeiras estruturadas que estimulam a motricidade e favorecem a participação ativa das crianças. Ao tornar a aprendizagem mais divertida e acessível, a gamificação contribui diretamente para a inclusão, atendendo às diferentes formas de aprender.

4. Resultados e Discussão

A introdução de práticas psicomotoras na Educação Infantil tem se mostrado uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento global das crianças, com impactos especialmente relevantes na inclusão de alunos com diferentes capacidades. Com base em estudos recentes, é possível destacar alguns pontos centrais:

• Avanços no Desenvolvimento Motor e Cognitivo

Atividades voltadas para a psicomotricidade, como jogos que envolvem equilíbrio, coordenação e expressão corporal, têm demonstrado impacto direto na melhoria das habilidades motoras — tanto finas quanto amplas — das crianças. Além disso, essas práticas auxiliam no desenvolvimento do pensamento lógico e da percepção espacial e temporal. Uma pesquisa aplicada em uma turma da Educação Infantil em Natal/RN mostrou que brincadeiras como a "Pescaria das letras" contribuíram para progressos notáveis nessas áreas.

• Promoção da Inclusão Social e Emocional

O movimento também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, tanto no aspecto social quanto no emocional. Atividades corporais de caráter lúdico favorecem a interação entre crianças com diferentes níveis de habilidade, estimulando o compartilhamento de experiências e a empatia. Além disso, essas vivências ajudam no fortalecimento da autoestima, à medida que os alunos superam desafios e celebram conquistas. O mesmo estudo apontou que as crianças passaram a se perceber de forma mais positiva, melhorando suas relações interpessoais.

• Visão dos Professores sobre a Psicomotricidade

Educadores da Educação Infantil têm, em sua maioria, uma visão bastante favorável sobre a contribuição da psicomotricidade nos processos de ensino-aprendizagem. Dados de uma pesquisa revelam que cerca de 50% dos docentes entrevistados reconhecem o valor dessas práticas para o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças.

• Obstáculos na Aplicação das Práticas Psicomotoras

Apesar dos benefícios evidentes, ainda existem diversos entraves para a efetivação das práticas psicomotoras nas escolas. Entre os principais desafios estão a formação insuficiente dos professores na área, a limitação de recursos materiais e a inexistência de espaços adequados para essas atividades. Uma investigação feita com docentes de Educação Física em Sousa-PB mostrou que, embora muitos tenham conhecimento teórico sobre o tema, encontram dificuldades na aplicação prática justamente pela falta de estrutura e apoio nas instituições.

5. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA MOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação do desenvolvimento motor na Educação Infantil é uma prática indispensável para garantir a atenção às particularidades de cada criança, especialmente em ambientes educacionais inclusivos. Compreender as capacidades e limitações motoras dos alunos permite ao educador adotar estratégias pedagógicas mais eficientes e sensíveis à diversidade. Segundo Fonseca (2012), a psicomotricidade é um elemento integrador entre o corpo e o intelecto, sendo essencial para o processo de aprendizagem e para a inclusão de crianças com necessidades específicas.

5.1 Observação Sistemática

A observação direta e sistemática é uma das ferramentas mais utilizadas na Educação Infantil. Ela permite ao professor acompanhar o progresso motor da criança em seu ambiente natural, respeitando seu ritmo e estilo próprio de desenvolvimento. Conforme Oliveira (2010), a observação pedagógica possibilita não apenas identificar dificuldades, mas também valorizar potencialidades e interações que são fundamentais para o processo inclusivo. O uso de diários de campo, registros reflexivos e anotações cotidianas são recomendados para documentar aspectos como coordenação motora, equilí-

brio e expressividade corporal.

5.2 Instrumentos Padronizados de Avaliação

Instrumentos de avaliação padronizados complementam a observação, oferecendo parâmetros técnicos que ajudam a comparar o desenvolvimento da criança com marcos esperados para sua faixa etária. Entre os mais reconhecidos destacam-se:

- Escala de Desenvolvimento Motor (EDM): Indicada para identificar atrasos motores, permite classificar o nível de desenvolvimento da criança em relação à sua idade cronológica (ROSA NETO, 2002).
- Teste de Triagem Denver II: Avalia o desenvolvimento infantil nas áreas motora, social e de linguagem, sendo amplamente utilizado na detecção precoce de atrasos.
- Bateria Psicomotora (BPM): Avalia componentes fundamentais da psicomotricidade como equilíbrio, coordenação, lateralidade e esquema corporal.

Esses testes, quando aplicados por profissionais especializados, contribuem para um diagnóstico mais preciso, orientando a elaboração de práticas pedagógicas adequadas às necessidades identificadas.

5.3 Entrevistas com Famílias e Profissionais da Saúde

A escuta ativa das famílias e o diálogo com profissionais de outras áreas — como psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos — enriquecem o processo avaliativo. De acordo com Vygotsky (1991), o desenvolvimento da criança ocorre em interação com o meio social, sendo a família uma das principais fontes de mediação e apoio. Reuniões periódicas permitem alinhar ações entre a escola e o lar, fortalecendo a coerência das intervenções realizadas.

5.4 Avaliação Funcional

A avaliação funcional foca em como a criança realiza tarefas do cotidiano, levando em conta a adaptação ao ambiente e sua capacidade de participar ativamente das rotinas escolares. Segundo Fonseca (2012), o foco da avaliação funcional é a funcionalidade e a participação, em vez de apenas medir o desempenho técnico, o que se alinha aos princípios da educação inclusiva.

5.5 Avaliação Contínua e Reflexão Pedagógica

A avaliação deve ser constante, flexível e dialógica. Avaliações regulares, tanto para as crianças quanto para as famílias, promovem o acompanhamento do progresso e contribuem para o planejamento pedagógico contínuo. Libâneo (2013) destaca que o processo avaliativo deve orientar a prática docente, sendo um instrumento de transformação e não de exclusão. Assim, a reflexão pedagógica entre os profissionais torna-se essencial para adequar as estratégias ao perfil de cada grupo.

No contexto da Educação Infantil inclusiva, a avaliação contínua precisa considerar os múltiplos aspectos do desenvolvimento infantil, incluindo os progressos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Essa abordagem deve respeitar os ritmos individuais e valorizar os avanços de cada criança, especialmente daquelas com necessidades específicas, considerando não apenas os resultados finais, mas também os processos vivenciados. Avaliar, nesse sentido, é observar, escutar e interpretar as manifestações infantis em diferentes contextos, promovendo a escuta sensível e a documentação pedagógica como ferramentas centrais.

A prática avaliativa deve ser orientada por critérios qualitativos, priorizando a compreensão do percurso formativo da criança. Isso implica abandonar modelos padronizados e classificatórios, abrindo espaço para registros descritivos, portfólios, fotografias, vídeos e relatos reflexivos que revelem o engajamento das crianças nas atividades corporais, sua evolução nas interações sociais e seu envolvimento com os desafios propostos. A avaliação deixa, assim, de ser um instrumento de controle para se tornar uma ferramenta de escuta ativa, mediação e inclusão.

Nesse processo, a participação das famílias é imprescindível. Compartilhar com os responsáveis os avanços e desafios enfrentados pelas crianças fortalece o vínculo entre escola e comunidade, promovendo um ambiente mais colaborativo e sensível às particularidades de cada contexto familiar. A comunicação aberta e empática com os familiares contribui para construir uma rede de apoio que amplia as possibilidades de desenvolvimento infantil e reforça os valores da inclusão.

Por fim, a avaliação contínua demanda o compromisso ético e formativo dos educa-

dores. A reflexão coletiva entre os profissionais da escola deve ser rotina institucional, visando revisar práticas, reorientar planejamentos e compartilhar experiências que favoreçam a aprendizagem de todos. Essa cultura de reflexão e colaboração pedagógica fortalece a intencionalidade do trabalho com a motricidade e garante uma educação infantil mais equitativa, humanizada e coerente com os princípios da inclusão.

Conclusão

A motricidade se revela como um elemento fundamental para favorecer a inclusão na Educação Infantil, atuando como um recurso valioso para o desenvolvimento global das crianças. Por meio de práticas motoras, é possível estimular a interação social, fortalecer a aprendizagem e elevar a autoestima dos pequenos, promovendo um espaço educacional mais justo e acessível para todos. Diante disso, é essencial que as diretrizes educacionais valorizem essa dimensão do desenvolvimento infantil, incorporando-a de forma efetiva ao currículo escolar e assegurando que cada criança tenha condições equitativas de participar ativamente do processo educativo.

Além disso, é preciso compreender que a motricidade vai além do simples movimento corporal. Ela está profundamente conectada ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, possibilitando que os alunos explorem o mundo ao seu redor, expressem sentimentos e construam conhecimentos por meio da ação. Crianças com deficiências ou necessidades específicas se beneficiam especialmente de abordagens motoras planejadas, pois estas contribuem significativamente para sua autonomia e inclusão, respeitando seu tempo, potencialidades e formas de aprender.

O ambiente escolar inclusivo, portanto, deve ser estruturado de forma a permitir vivências corporais diversificadas, utilizando jogos, brincadeiras, circuitos psicomotores, dança, música e atividades rítmicas como ferramentas pedagógicas. Cabe ao educador adotar uma postura observadora, sensível e criativa, planejando ações que contemplem a diversidade e promovam o protagonismo infantil por meio do corpo em movimento.

Para que essa prática se efetive com qualidade, é necessário investir na formação continuada dos professores, bem como na estruturação de espaços e materiais adequados às atividades motoras inclusivas. Políticas públicas e gestores escolares também devem atuar de maneira articulada para garantir que a motricidade seja reconhecida como parte essencial do processo de aprendizagem e inclusão na infância.

Portanto, a motricidade não deve ser vista como um complemento do ensino, mas sim como um eixo estruturante da prática pedagógica, capaz de transformar a educação infantil em um lugar de pertencimento, respeito às diferenças e valorização de cada criança em sua totalidade. Quando o corpo é acolhido e compreendido como linguagem legítima, abrem-se caminhos para que todas as crianças possam brincar, aprender e crescer juntas e sem exclusões.

REFERÊNCIAS

Abaixo estão algumas referências com as fontes de materiais e técnicas que podem ser usadas em atividades pedagógicas baseadas na Motricidade como ferramenta de trabalho para a inclusão na Educação Infantil

- AUCOUTURIER, B. Psicomotricidade relacional. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- BARBOSA, M. C.; HORN, M. G. (Orgs.). Organização do espaço da educação infantil: a descoberta do ambiente. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BERRUEZO, P. R.; LAVEGA, P. Psicomotricidade e desenvolvimento humano. São Paulo: Artes Médicas, 2003.
- BRAGANÇA, E. L. A psicomotricidade como instrumento de inclusão. Revista Educação Pública, v. 21, n. 28, 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/28/a-psicomotricidade-como-instrumento-de-inclusao. Acesso em: 7 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- FONSECA, V. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e reeducação do desenvolvimento. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FONSECA, V. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. 6. ed. Porto

Alegre: Artes Médicas, 2012.
• KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
• LIBÂNEO, J. C. Didática. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
• NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2009.
• OLIVEIRA, Z. M. R. Observação e registro: pilares da avaliação na educação infantil. In: MACHADO, M. M. (Org.). Encontros e desencontros na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2010.
• ROSA NETO, F. Psicomotricidade e desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2002.
• VAYER, P. Psicomotricidade: desenvolvimento e perturbações na criança. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
• VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.